

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma crescente desconfiança, desinteresse e indiferença da cidadania face à política, às suas instituições e mesmo, devemos dizê-lo abertamente, face à própria democracia.

Níveis muito elevados de abstenção, crescimento do fenómeno populista e extremista e enfraquecimento significativo da participação cívica e política, são sintomas notórios dum acelerado declínio da qualidade da democracia que está a levar mesmo a uma doença da democracia. Os arcaísmos dos sistemas eleitorais e da organização e funcionamento dos Partidos Políticos, a inadequação das políticas públicas para responder a novos desafios (crescente desigualdade social, revolução digital, alterações climáticas, etc.), e a incapacidade de combater a corrupção, podem estar entre as causas deste declínio, desta doença da democracia. Não é de admirar, por isso, que a fraqueza da democracia tenha levado a que entre 1990 e 2020 a percentagem da população mundial a viver debaixo de um teto democrático tenha passado de 68% para 48%.

Gostaríamos, no entanto, nesta oportunidade, de, em particular, pôr em relevo uma causa adicional deste inverno democrático. Refiro-me à brutal ameaça trazida pela revolução digital para os órgãos de comunicação social independentes, bem expressa nos prejuízos globais dos jornais no ano de 2020, que totalizaram o montante impressionante de 30.000 milhões de dólares.

A liberdade de expressão, a imprensa livre, a existência de órgãos de comunicação social independentes, fonte de um espaço público democrático, plural, livre e dinâmico é uma trave mestra da democracia.

Ora, este espaço público, por força da revolução digital e das redes sociais, está muito enfraquecido e fragmentado, em consequência duma transferência massiva de consumidores e publicidade dos órgãos de comunicação social convencionais para plataformas digitais onde avultam gigantes tecnológicos como a Google, Facebook, etc.

E note-se como estas, sem respeitarem quaisquer direitos de autor (exemplos recentes começam a corrigir este desrespeito), garantem um acesso à informação a título gratuito. A crise e a perda significativa de influência da comunicação social independente, é muito preocupante. Engendra um círculo vicioso que mina e corrói a democracia. É simultaneamente

causa e consequência do declínio democrático. É crucial reavivar à escala global a liberdade que dá voz a todas as outras: a liberdade da comunicação social independente. Infelizmente está sob ameaça, não só pelas razões acima expostas, mas também pelo retrocesso democrático resultante duma deriva autoritária em vários países, a que também já aludimos. Foi por isso muito gratificante e cheio de simbolismo a atribuição do Prémio Nobel da Paz aos “corajosos” e “notáveis” jornalistas MARIA RESSA E DMITRY MURATOV pela luta pela liberdade de expressão nas Filipinas e na Rússia, “condição imprescindível para a democracia e paz duradoura”. O prémio Nobel quis distinguir estes cidadãos como representantes de todos os jornalistas que lutam pelo valor da liberdade de expressão “num mundo em que a democracia e a liberdade de expressão enfrentam condições cada vez mais adversas”. Um prémio que é por isso também uma homenagem a jornalistas europeus como DAPHNE CARUANA GALIZIA, PETER DE VRIES e JAN KUCIAK, assassinados respectivamente em Malta, Holanda e Eslováquia, por não terem calado o nosso direito à informação.

A defesa do direito à informação, que é um bem público e um pilar da democracia, deve constar do topo da lista das prioridades da acção pública. É por isso de registar muito positivamente a perspectiva de criação de um Fundo Internacional para os Media de Interesse Público, bem como o anúncio feito pela Presidente da Comissão Europeia no seu último discurso sobre o Estado da União, de apresentar em 2022 uma iniciativa legislativa sobre a liberdade dos órgãos de comunicação social.

Nestes termos, os Deputados do PSD abaixo indicados, vêm nos termos regimentais, na pessoa da Ministra da Cultura, questionar o Governo sobre o seguinte:

- Como encara o Governo o anúncio pela Presidente da Comissão Europeia de apresentar no próximo ano uma iniciativa legislativa sobre a liberdade dos órgãos de Comunicação Social? Está o Governo a encetar alguma diligência no sentido de influenciar a elaboração da referida iniciativa legislativa?

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2021

Deputado(a)s

SÉRGIO MARQUES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)